



Mantega diz que consenso é essencial para reforma do ICMS

Gerardo Magela/Agência Senado



Guido Mantega fala na tribuna do Senado em sessão temática sobre o pacto federativo, com a presença de representantes de governos estaduais e municipais

Ministro da Fazenda participou ontem de audiência temática sobre o pacto federativo

Em audiência com a presença de governadores, Mantega defendeu mudança de indexadores e aumento de prazo como solução para a dívida dos estados.

Renan Calheiros afirmou que o Senado deve continuar sendo protagonista na busca de um pacto federativo justo e equilibrado. **4 e 5**

Comissão aprova Lei de Diretrizes do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório final da proposta da LDO para 2014, que agora segue para votação do Congresso. O texto já se enquadra na regra de execução impositiva. **3**

Gerardo Magela/Agência Senado



Entre dom Werlang e o acusador, Almeida, a senadora Ana Rita anuncia que vai cobrar resposta por escrito da empresa

Em audiência, ex-funcionário acusa Vale de espionagem

Pagamento de propina é outra prática da empresa, segundo André Almeida. Apesar de convidada pela Comissão de Direitos Humanos, Vale não enviou representante. **7**

Novo Código Penal volta à análise com 806 emendas **2**

Senado fará sessão especial pelos 25 anos da Constituição **2**

Inovação voltada ao desenvolvimento

Participantes de seminário na Comissão de Ciência e Tecnologia foram unânimes: investimentos em ciência,

tecnologia e inovação são fundamentais para o desenvolvimento e precisam de investimento de longo prazo. **6**

José Cruz/Agência Senado



Ministro Raupp, Zeze Perrella, Cristovam Buarque, Walter Pinheiro e Isaac Roitman (UnB) durante seminário

Avança projeto que cria regras para descarte de medicamentos **8**

Demarcação de terras será tema de audiência com ministro **8**

25 anos da
Constituição Cidadã



Sessão Especial
em comemoração
aos **25 anos** da
Constituição Federal

**Acompanhe a Sessão
pela TV Senado**

29 de outubro
Terça-feira – 11h

Mais informações no site
www.senado.leg.br/noticias/especiais/constituicao25anos



Vice-presidente do Senado, Jorge Viana informa retorno, à comissão especial, do projeto, que depois segue para a CCJ

Proposta de novo Código Penal recebe 806 emendas

Relatada por Pedro Taques, proposta retorna à comissão especial para que sugestões sejam analisadas. Iniciativa tem origem em grupo de juristas que apresentou anteprojeto em junho de 2012

O PROJETO DE Lei do Senado (PLS) 236/2012, que reforma o Código Penal brasileiro, recebeu 806 emendas e voltará à comissão especial que trata do tema para receber parecer sobre as propostas. A informação foi dada por Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, na sessão de ontem.

Em funcionamento desde agosto do ano passado, a comissão tem Pedro Taques (PDT-MT) como relator da proposta, que atualiza o Código Penal, editado em 1940. O prazo para a conclusão dos trabalhos é 16 de dezembro. Depois de votado na comissão temporária, o projeto vai para

a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A revisão começou em outubro de 2011, quando foi criada a comissão de juristas que, em junho de 2012, apresentou anteprojeto. O documentou resultou no PLS 236, subscrito pelo então presidente, José Sarney (PMDB-AP).

Senado comemora os 25 anos da Constituição

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou em Plenário a realização de sessão comemorativa dos 25 anos da Constituição — “a mais longa Constituição democrática” — como ressaltou.

No evento, marcado para a próxima terça-feira, dia 29, serão condecorados todos os atuais senadores que foram constituintes, além de ex-presidentes da República e do relator da Constituição, Bernardo Cabral.

Também receberão homenagens, representados por Fafá de Belém, os artistas, que mobilizaram o povo pela convocação da Constituinte, e a imprensa, na pessoa do jornalista Rubem Azevedo Lima.

Renan ainda sublinhou a homenagem a Inácio Arruda (PCdoB-CE), que discursou na Constituinte como diretor da Federação de Associações de



Renan anuncia homenagem para “a mais longa Constituição democrática”

Moradores de Fortaleza

No mesmo dia, o **Jornal do Senado** publicará encarte sobre os 25 anos da Carta. Com 32 páginas, a edição especial mostrará a importância da Lei Maior como principal marco da redemocratização do Brasil após a ditadura militar. Além de esmiuçar os direitos garantidos pela chamada Constituição Cidadã — cujo

cumprimento pelo poder público foi exigido nos protestos de junho —, o encarte traz registros históricos sobre a elaboração do texto, com muita participação popular, e aponta para o futuro com o debate sobre a regulamentação ainda pendente de vários artigos. Por enquanto, confira [hotsite sobre a data: http://bit.ly/Constituicao25Anos](http://bit.ly/Constituicao25Anos)

Cancelada audiência sobre fisioterapia

Audiência para discutir a inclusão da fisioterapia entre os serviços especializados de segurança e medicina do trabalho, prevista para a manhã de ontem, foi cancelada em razão do debate sobre o pacto federativo, promovido em Plenário, com o ministro Fazenda, Guido Mantega.

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), vai definir nova data para a audiência, requerida por Ana Amélia (PP-RS), a partir

de iniciativa popular apresentada por meio do Portal e-Cidadania do Senado.

Os serviços especializados de segurança e medicina do trabalho são definidos na Norma Regulamentadora (NR4) do Ministério do Trabalho e Emprego. A categoria entende que os fisioterapeutas devem estar entre os profissionais elencados na NR4.

Professor

A sessão especial do Senado em homenagem ao Dia do

Professor, comemorado em 15 de outubro, marcada para hoje, foi cancelada a pedido de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor do requerimento que propôs a realização do evento.

O parlamentar explicou que um incêndio de grandes proporções ocorreu ontem no bairro Perpétuo Socorro, em Macapá, requer a presença e a atuação das autoridades amapaenses, razão pela qual ele não poderá estar em Brasília nos próximos dias.

Lei que cria Programa Mais Médicos tem trecho vetado

Diferentemente do que foi informado na matéria “Programa Mais Médicos é sancionado sem vetos”, publicada na quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff vetou um dispositivo do PLV 26/2013, que deu origem à lei 12.871/2013.

O trecho vetado proibia a atuação dos profissionais intercambistas fora do programa e condicionava a permanência no projeto,

após a primeira etapa de três anos, ao ingresso em carreira médica específica.

O veto foi sugerido pelo Ministério do Planejamento e pela Advocacia-Geral da União. A alegação é de que o dispositivo “cria exigência de ingresso em carreira não prevista no ordenamento jurídico brasileiro, restringindo seu acesso a médicos intercambistas sem amparo constitucional”.

Paim celebra aprovação do voto aberto em comissão do Senado

Paulo Paim (PT-RS) comemorou, na quarta-feira, a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da



Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, de autoria do ex-deputado Luiz Antonio Fleury, que elimina o voto secreto em todas as deliberações das duas Casas do Congresso, das

assembleias legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das câmaras municipais. Paim disse esperar que o presidente do

Senado, Renan Calheiros, anuncie a votação da PEC no Plenário já na semana que vem. Para ele, a medida vai significar a “transparência absoluta no Parlamento”.

Rádio Senado faz programa sobre lacunas da Carta Magna

Promulgada com 245 artigos, a Constituição de 1988 já incorporou 75 emendas. Mas a lei fundamental do país ainda tem lacunas, com mais de cem dispositivos aguardando regulamentação. Em “Constituição de 88 — a Carta inacabada”, reportagem especial que a Rádio Senado apresenta nesta semana, constituintes, pesquisadores e juristas falam da busca por acordo em pontos até hoje considerados polêmicos.

O Congresso criou este ano comissão para debater os itens que precisam ser regulamentados, a qual conseguiu aprovar a equiparação de direitos dos domésticos. O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), espera votar ainda este ano pelo menos dez leis.

Ouçá a reportagem na Rádio Senado nesta sexta, às 18h, com reprise no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h; ou pela internet: <http://www.senado.gov.br/radio>.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h Sessão ordinária não deliberativa, destinada a pronunciamento de senadores e comunicados da Mesa.

PRODASEN Aniversário de 41 anos

10h Solenidade para comemorar o 41º aniversário da fundação do Prodasen, no pátio interno da unidade.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Total destinado à apresentação de emendas parlamentares individuais para 2014 deverá ser de R\$ 8,72 bilhões. Projeto ainda precisa da aprovação do Congresso Nacional

Gabriela Karossy/OD



Ao lado do presidente da CMO, Lobão Filho (2º à dir.), o relator, Danilo Forte, apresenta as últimas modificações no relatório da LDO, aprovado ontem

Comissão de Orçamento aprova relatório final da LDO para 2014

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório final da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO (PLN 2/2013) para 2014. O projeto precisa agora ser votado em sessão plenária do Congresso.

O relator, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), apresentou novas alterações à versão de terça-feira do parecer dele. A proposta estava em pauta desde 17 de setembro e teve a votação adiada oito vezes na CMO.

— Todos reclamam que, muitas vezes, a lei orçamentária é uma peça de ficção. Fizemos a LDO para orientar o Executivo a ter maior resolução e velocidade na aplicação

do Orçamento da União — afirmou Forte.

Orçamento impositivo

A principal mudança é a adequação da LDO à nova redação da Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 565/2006, na Câmara, e 22A/2000, no Senado), que torna as emendas parlamentares de execução obrigatória. O texto final da LDO foi elaborado a partir de acordo firmado na quarta-feira entre os líderes da base aliada na Câmara e no Senado e o governo.

Pelo acordo, as emendas dos deputados e senadores apresentadas serão equivalentes a 1,2% da receita corrente

líquida (RCL) do ano prevista na proposta orçamentária, sendo que metade será destinada obrigatoriamente para “ações e serviços públicos de saúde”, como os atendimentos financiados pelo SUS.

Segundo o presidente da CMO, senador Lobão Filho (PMDB-MA), o entendimento foi a chave para a votação da LDO.

— Pode não ter sido votada [a PEC do Orçamento Impositivo], mas já foi acordada entre as duas Casas e todos os líderes — disse.

Emendas

De acordo com a Proposta de Lei Orçamentária — PLOA (PLN 9/2013) para 2014,

cada parlamentar poderá apresentar R\$ 14,68 milhões em emendas, sendo R\$ 7,34 milhões necessariamente para saúde, incluídas despesas de custeio, como pagamento de água e luz, e excluídos o pagamento de pessoal e os encargos sociais.

O total destinado à apresentação de emendas parlamentares individuais para o ano que vem deverá ser de R\$ 8,72 bilhões. Na comparação com a proposta de orçamento impositivo aprovada na Câmara em agosto, quando a regra seria 1% da RCL sem vinculação para saúde, são R\$ 2,45 milhões a mais por parlamentar.

(Da Agência Câmara)

PEC do Orçamento Impositivo volta à Comissão de Justiça

A pauta do Senado está trancada pela Medida Provisória (MP) 622/2013 — que abre crédito extraordinário de R\$ 380 milhões para viabilizar o pagamento, por parte da União, de subvenção econômica às indústrias produtoras de etanol situadas na Região Nordeste. No entanto, mesmo com a pauta trancada, a ordem do dia de ontem marcou a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 22A/2000, que trata do orçamento impositivo.

Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão, explicou que as sessões podem ser contadas para discussão de PECs, independentemente do sobrestamento da pauta. Como recebeu emendas no Plenário, a matéria agora volta para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na sessão de ontem, Lindbergh Farias (PT-RJ) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) apresentaram as duas últimas emendas à proposta, de um total de dez apresentadas no Plenário. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) assinalou que as emendas colaboram para o aprofundamento do debate “da matéria-prima”.

Vanessa homenageia aniversário de 344 anos da capital do Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez um discurso em homenagem a Manaus, que ontem completou 344 anos. Ela lembrou que a capital do Amazonas, hoje com cerca de 2 milhões de habitantes, foi fundada pelos portugueses com o Forte do Rio Negro.

A senadora citou detalhes históricos do desenvolvimento da cidade, desde o tempo em que era uma vila até o início do século 20, época áurea da exploração da borracha, quando Manaus era chamada de Paris dos Trópicos.

Manaus, disse Vanessa, é hoje considerada o maior centro econômico da Região Norte.

Anibal Diniz manifesta preocupação com caso Telexfree

Em discurso ontem, Anibal Diniz (PT-AC) manifestou preocupação com o bloqueio das atividades da Telexfree. A empresa está sendo acusada pela Justiça de trabalhar em forma de pirâmide financeira, contrariando a lei brasileira.

Com o bloqueio das contas, informou o senador, ficaram retidos cerca de R\$ 600 milhões, pegando de surpresa entre 70 mil e 100 mil pessoas que esperavam receber pelos investimentos feitos. De acordo com o parlamentar, a maioria dos investidores é de pessoas simples, que até venderam bens, confiados na atuação da empresa.

Armando elogia projeto de educação para o trabalho

Em discurso ontem, Armando Monteiro (PTB-PE) elogiou o Programa Educação para o Mundo do Trabalho, uma iniciativa do chamado Sistema Indústria, ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O programa, explicou o parlamentar, focaliza as ações nos jovens entre 18 e 24 anos, os que cursam o ensino médio e os que não estudam nem trabalham. Também os mais de 5 milhões de industriários com educação incompleta serão alcançados.

— O calcanhar de Aquiles da nossa competitividade reside na baixa qualidade da educação básica — disse.

De acordo com a CNI, informou Armando, a falta de trabalhadores qualificados afeta a produtividade da maioria das empresas brasileiras. Na avaliação do parlamentar, as escolas brasileiras não conseguem formar o jovem para o mercado de trabalho de maneira adequada.

Osvaldo Sobrinho pede universidade do Mercosul em MT

Em pronunciamento na quarta-feira, Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) pediu atenção do governo para os estados do Norte e do Centro-Oeste no âmbito das universidades de integração sul-americana, argumentando que Mato Grosso merece “uma parte desse bolo”. Ele criticou a concepção de fronteira do Ministério da Educação que, na avaliação dele, se limita aos “ricos estados do Sul”.

— Mato Grosso faz por merecer uma instituição de vanguarda de ensino e pesquisa no Mercosul — afirmou.

Sobrinho saudou a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR), e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sedes em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, mas condenou a hierarquia de “vários Brasis” que ignora as fronteiras no Norte e no Centro-Oeste.

Paim considera evasão escolar no Brasil preocupante

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem, em discurso, que a evasão escolar no Brasil causa preocupação. O senadr disse que a taxa de abandono escolar atingiu 24,3% em 2012, segundo pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Paim disse que a porcentagem é “muito grande” se comparada com países vizinhos, como Chile (2,6% de evasão), Argentina (6,2%) e Uruguai (4,8%).

— Em termos de qualidade, a educação brasileira tem se mostrado ainda distante daquilo que todos nós gostaríamos — avaliou.

Pesquisa do IBGE de 2011, mencionou Paim, mostrou que 23,6% dos jovens entre 15 e 17 anos não estudavam. Um dos problemas, na interpretação do parlamentar, é a dificuldade de os estudantes conciliarem trabalho e estudo, já que 33,8% dos alunos brasileiros também trabalham.

Waldemir Borreto/Agência Senado



A senadora lembra que Manaus é o maior centro econômico do Norte

Moreira Matiz/Agência Senado



Anibal Diniz pede solução para as pessoas que agiram de boa-fé

Em sessão temática ontem no Plenário do Senado, que discutiu o pacto federativo, ministro da Fazenda disse que falta de consenso ou arestas impedirão que se alcance o benefício de uma nova estrutura tributária para os estados. Renan Calheiros afirmou que é do Senado a responsabilidade de trabalhar para um pacto federativo que atenda todos os entes federados

Para Mantega, reforma do ICMS depende de acordo entre os estados

O MINISTRO DA Fazenda, Guido Mantega, apontou a construção de um acordo entre os estados e desses com a União como primeira condição para aprovação de uma reforma no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele participou ontem de sessão temática, no Plenário do Senado, que discutiu o pacto federativo.

— É muito importante que uma mudança dessa magnitude, que muda um tributo fundamental para os estados, seja feita de forma consensual, de forma que os conflitos sejam aplainados, que não fiquem arestas. Essa é a nossa posição, pois se você deixar muitos descontentes pelo caminho, depois o projeto aprovado será fortemente criticado e não teremos o benefício de uma nova estrutura tributária para os estados — frisou.

No início do ano, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional proposta de reforma do ICMS (PRS 1/2013), como principal medida para acabar com a guerra fiscal entre os estados. O texto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário do Senado. Atualmente, as alíquotas interestaduais são de 7% nas Regiões Sul e Sudeste e de 12% nas demais. A reforma busca a unificação gradual, com a redução de um ponto por ano, até chegar a 4%.

O ministro reforçou argumentos de que já não haveria mais vantagem nos incentivos fiscais usados pelos estados para atrair empresas para seus territórios. Conforme ressaltou, a guerra fiscal gerada pela redução das alíquotas tem levado as disputas entre os estados para o Judiciário.

Com isso, empresas que se beneficiaram desses incentivos têm enfrentado insegurança jurídica e freado novos investimentos. Além disso, Mantega afirma que a generalização da guerra fiscal anulou possíveis benefícios.

Fundo

Para efetivar a reforma do ICMS, o ministro destacou negociações em torno do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), instrumento a ser criado para suceder os incentivos fiscais. Segundo explicou, a previsão é de que o fundo movimente R\$ 297 bilhões até 2020, sendo 25% de recursos orçamentários.

Apesar dos avanços, Mantega observou que ainda há dificuldades para o consenso em torno da reforma.

— Temos discutido esse projeto há algum tempo, mas temos nos defrontado com divergências entre os estados e o problema é que ainda não conseguimos um acordo geral. É uma matéria



O ministro da Fazenda, Guido Mantega, os senadores Renan e Lindbergh e o governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, na sessão temática sobre o pacto federativo

extremamente difícil, é uma grande reforma da estrutura tributária brasileira e requer toda a cautela, para que possamos avançar e não reproduzir conflitos existentes — disse.

Dívidas

Ao falar aos senadores, o ministro destacou a aprovação na quarta-feira, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar 238/2013, que muda o indexador de correção das dívidas de estados, do Distrito Federal e de municípios com a União. Pela proposta, as dívidas hoje corrigidas pelo IGP-DI mais 6% ou 9% poderão passar a ser corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ou pela taxa Selic.

O ministro explicou que as dívidas dos estados e municípios foram consolidadas em 1997, quando a União assumiu os débitos e passou a ser credora dos entes federados, que assumiram compromissos de pagamentos mensais. Na ocasião, disse, o IGP-DI era menor que a Selic.

— Acontece que, com o tempo, as condições mudaram e o IGP-DI com 6% ou 9% tornou-se o índice mais perverso — observou. De acordo com a proposta aprovada pela Câmara, que ainda precisa passar pelo Senado, a aplicação da Selic para recálculo das dívidas poderá ser retroativa.

Conforme explicou, as mudanças beneficiam estados e municípios que assinaram contratos com a União a partir de 1999.

— O projeto beneficia dois estados, Alagoas e Rio Grande do Sul, e 180 municípios, de todos os estados, entre eles os municípios de São Paulo, Cuiabá, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. O desconto maior não será para São Paulo, como tem sido dito nos jornais. Pelo contrário, São Paulo é dos que têm uma redução menor — afirmou.

Avanços

No início do pronunciamento, o ministro ressaltou que, apesar das dificuldades para aprovar a reforma do ICMS e acabar com a guerra fiscal, a ação conjunta dos entes federados tem gerado resultados bastante significativos ao longo dos anos, como a promoção do desenvolvimento econômico e social nos estados e municípios e a queda de desigualdades.

— Todas as regiões cresceram, mas as regiões mais pobres cresceram mais. Está havendo redução dos desequilíbrios regionais — disse.

Ele lembrou algumas propostas que atenderiam essas demandas, como o Projeto de Lei Complementar 238/2013, aprovado anteriormente pela Câmara, que corrige a dívida de estados e municípios pelo menor índice entre a taxa Selic e o IPCA mais 4% ao ano. Atualmente, a correção se dá pelo IGP-DI mais 6% ao ano, 7,5% ao ano ou até 9% ao ano.

— É verdadeiramente inaceitável — comentou.

Renan ressalta protagonismo do Senado no debate do tema

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a Casa tem assumido e deve continuar assumindo o protagonismo na busca de um pacto federativo justo e equilibrado. Ele abriu a sessão temática que debateu ontem o tema com o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Também estiveram presentes os governadores de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, e do Mato Grosso, Silval Barbosa.

Para Renan, é sobre o Senado que recai a responsabilidade de trabalhar para um pacto federativo justo e equilibrado.

— O Senado se faz imprescindível para a construção de um pacto federativo que contemple a todos e que permita a representação eficiente dos entes federados de economia mais frágil — afirmou.

Ele lembrou algumas propostas que atenderiam essas demandas, como o Projeto de Lei Complementar 238/2013, aprovado anteriormente pela Câmara, que corrige a dívida de estados e municípios pelo menor índice entre a taxa Selic e o IPCA mais 4% ao ano. Atualmente, a correção se dá pelo IGP-DI mais 6% ao ano, 7,5% ao ano ou até 9% ao ano.

— É verdadeiramente inaceitável — comentou.

Renan disse que dará celeridade à tramitação da proposta no Senado.

Ele também pediu à Câmara celeridade na votação da Proposta de Emenda à Constituição 103/2011, que modifica o sistema de cobrança do ICMS sobre o comércio eletrônico. O texto foi aprovado pelo Senado no ano passado.

— A maioria das lojas virtuais é sediada em poucos estados, os mais ricos e desenvolvidos da Federação. Atualmente, o consumidor de um estado que adquire um produto em uma loja virtual em outro estado paga o ICMS na origem da mercadoria — explicou.

A PEC atribui parte da arrecadação do tributo ao estado comprador. Dessa forma, o estado de localização do destinatário da mercadoria ficará com o imposto correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual.

Relator da proposta na Casa, Renan pediu apoio do ministro Guido Mantega.

— Nunca é demais lembrar que, quando acabamos com a guerra dos portos, o governo assumiu o compromisso de ajudar na aprovação na Câmara da partilha dos impostos do comércio eletrônico — enfatizou.

Pinheiro espera decisões ainda este ano

O Senado deve tomar ainda neste ano medidas destinadas a construir um novo pacto federativo, disse ontem Walter Pinheiro (PT-BA), durante sessão temática sobre o fim da guerra fiscal. Autor da proposta de realização do debate, Pinheiro observou que está nas mãos do Senado o poder de decisão sobre pontos centrais da reforma tributária.

Pinheiro lamentou a perda de validade da Medida Provisória (MP) 599/2012, no primeiro semestre. A MP criava dois fundos para dar suporte à revisão das alíquotas do ICMS. O parlamentar recordou que o Senado ainda pode decidir sobre o tema a partir do Projeto de Lei do Senado (PLS) 106/2013, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), embora reconheça a possibilidade de questionamentos no que diz respeito à constitucionalidade.

Em pronunciamento, Paulo Bauer abordou, entre outros pontos, a questão da renegociação das dívidas de estados e municípios com a União. Ele registrou que Santa Catarina devia R\$ 4 bilhões à União e já pagou R\$ 10 bilhões. No entanto, o estado ainda estaria devendo R\$ 8 bilhões. De acordo com o senador, muitos estados estão em situação semelhante, pois as dívidas não param de crescer, já



Pinheiro diz que Senado pode decidir sobre revisão de alíquotas a partir do projeto de Bauer

que o governo cobra dos estados juros e taxas mais elevadas que ele próprio paga ao mercado.

Bauer advertiu os debatedores que, ao contrário do esperado pelo governo, o assunto não se resolverá com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 238/2013 pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado. A proposta troca o índice que corrige as dívidas, atualmente o IGP-DI, com juros que chegam até 9% ao ano, pela Selic ou pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), o que for menor, mais 4% de juros anuais. Segundo ele, os estados enfrentam problemas de caixa e, por isso, é preciso ainda reduzir o teto das receitas líquidas de cada ente federado para o pagamento da dívida.



O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), convocou a Casa a exercer o protagonismo e votar as matérias que dão sustentação ao pacto. Segundo ele, o Conselho de Nacional de Política Fazendária (Confaz) se dispõe a convalidar os incentivos oferecidos pelos estados unilateralmente, desde que avancem os projetos sobre os fundos de compensação e o da reforma do ICMS.

O senador alertou para o “tamanho da crise” que pode ocorrer caso os antigos incentivos não sejam confirmados pelo Confaz. Contou que empresários têm ido “em romaria” ao gabinete dele para avisar que estão revendo investimentos diante da incerteza jurídica sobre os benefícios recebidos.

Ministro defende mudança de indicadores

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que discorda do Projeto de Lei do Senado (PLS) 335/2011, de autoria de Luiz Henrique (PMDB-SC), que converte até 20% da dívida a ser paga mensalmente à União por estados, Distrito Federal e municípios em obras de infraestrutura e programas de investimento em ciência, tecnologia e inovação. Na opinião de Mantega, a melhor forma de reduzir a dívida, especialmente no que diz respeito aos municípios, é pela mudanças de indexadores e pela diminuição da dívida passada, que resultará em mais tempo para o pagamento.

Ao defender a proposta, de autoria dele, Luiz Henrique afirmou que a conversão de parte da dívida em obras e investimentos contribui com o crescimento do país, desonera estados e municípios.

— Isso, eu não tenho dúvida, aumentará a velocidade de crescimento do país — argumentou o parlamentar.

Anibal Diniz (PT-AC) considerou a guerra fiscal dos estados “o maior flagelo

da economia brasileira hoje”. Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu que as dificuldades levantadas por Santa Catarina no acerto teriam relação com a oferta de incentivos fiscais portuários.

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que debater um pacto “justo e eficiente” para o Brasil implicaria a União assumir a educação de todas as crianças. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que, apesar de as Regiões Norte e Nordeste terem crescido mais que o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, o crescimento ainda é muito pequeno. Ana Amélia (PP-RS) atribuiu o menor crescimento da Região Sul à guerra fiscal que, de acordo com a senadora, traz insegurança aos empresários.

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a inclusão, nas discussões da reforma do ICMS, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 197/2012, que modifica o sistema de cobrança do imposto sobre operações de comércio eletrônico.

Guerra fiscal

Delcídio do Amaral (PT-MS) considerou a guerra fiscal dos estados “o maior flagelo

Governadores querem capacidade de investimento

A mudança do indexador de correção das dívidas com a União, aprovada na quarta-feira pela Câmara, traz alívio às contas estaduais, disseram ontem os governadores de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, e de Mato Grosso, Silval Barbosa. Mas não amplia de imediato a capacidade de investimento das unidades federativas, como advertiram os dois governadores durante sessão temática do Senado.

Segundo a proposta aprovada, as dívidas, hoje corrigidas pelo IGP-DI mais 6%, 7,5% ou 9%, conforme o contrato, poderão passar a ser corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ou a taxa Selic, o que for menor. De acordo com o projeto, as mudanças de cálculo devem retroagir a 1º de janeiro de 2013. O projeto será analisado ainda pelo Senado.

Segundo Silval Barbosa, a mudança representaria na prática a antecipação das parcelas e não a efetiva entrada de caixa para investimentos, pois o comprometimento de 15% da receita corrente líquida do estado ainda continua.

— A votação de ontem ajuda, alivia e faz com que os estados antecipem o pagamento das dívidas, mas ela não nos dá nenhum fôlego no momento para investimento, pois continua o mesmo comprometimento que nós pagamos

hoje — disse o governador de Mato Grosso, sugerindo que o Senado promova mudanças no texto para garantir um comprometimento máximo de 9% da receita líquida.

O governador de Alagoas também avaliou que a mudança do indexador representa um avanço significativo, mas são necessárias outras alterações urgentes que garantam uma nova divisão do “bolo de receitas” de impostos.

Teotônio Vilela Filho sugeriu que a aprovação de propostas que representem novas despesas venha acompanhada da indicação de fontes de financiamento.

— As despesas têm aumentado substancialmente, e o mais grave é que isto tem ampliado as distorções e os princípios federativos. Cada vez mais estados mais ricos se distanciam dos estados mais pobres — acrescentou.



Governador Silval Barbosa diz que mudança de indicadores traz alívio

Senadora apoia conversão da dívida em investimentos

Ana Amélia (PP-RS) fez uma avaliação positiva da sessão temática do Senado sobre o pacto federativo. Ela se declarou municipalista e defendeu projeto que autoriza a União a abater parte do saldo devedor da dívida pública dos estados e municípios para investimentos.

A senadora relata o PLS 335/2011, de Luiz Henrique (PMDB-SC), que autoriza a União a abater até 20% para programas de investimentos em saúde, educação, segurança, infraestrutura, tecnologia e inovação.

— Que hoje são [áreas] muito deficitárias e deveriam merecer uma atenção especial — argumentou.

Já Paulo Paim (PT-RS) comemorou a aprovação, pela Câmara, do projeto que institui nova fórmula para a indexação das dívidas de estados e

municípios com a União. Para ele, a mudança vai facilitar o pagamento e “tira do sufoco” muitos municípios e estados.

O senador pediu aos senadores que apoiem a proposta para que ela seja aprovada o mais rápido possível.

— Não é o ideal, mas vai dar um fôlego para o Rio Grande do Sul — disse, citando economia de R\$ 16,7 bilhões e quitação em 15 anos pelo estado.



Para Ana Amélia, projeto incentiva investimentos em áreas deficitárias

Seminário Caminhos para a Inovação, promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, reuniu parlamentares, especialistas e atletas na defesa de recursos para o setor

Debate mostra importância de C&T para o desenvolvimento do país

O INVESTIMENTO EM inovação é fundamental para aumentar a competitividade do país, mas falta planejamento de longo prazo. Essa foi a opinião unânime entre os participantes do seminário Caminhos para a Inovação, realizado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O tema do encontro foi “A ciência no futuro da saúde e dos esportes”.

Cientistas, especialistas e atletas disseram que um dos possíveis legados para o país com a organização de mega-eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, é fortalecer políticas de incentivo científico e tecnológico no campo dos esportes e da saúde.

O físico Marcelo Gleiser, da Dartmouth University (EUA), lembrou que um dos problemas é o distanciamento entre universidade e setor privado.

— O Brasil se baseia excessivamente na agropecuária e



Raupp, Zeze Perrella (presidente da CCT), Cristovam Buarque e Walter Pinheiro

na mineração. Mas na hora de inovação, novas ligas, nanotecnologia, tecnologia de informação, a gente ainda está importando. Aqui, a inovação está vindo das universidades, e lá fora é exatamente o contrário, as empresas se aliam às universidades — afirmou.

Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o Congresso precisa fazer a parte dele, com políticas de financiamento.

— Temos que ter recursos regulares para o financiamento da inovação. Nós

retrocedemos, pois tínhamos a proibição de contingenciamento de recursos de ciência e tecnologia e isso foi modificado, reduzindo os investimentos.

Por sua vez, Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que, hoje, países desenvolvidos e em desenvolvimento têm acesso simultâneo às tecnológicas.

— Antes, o que se colocava para nós era aquilo que não tinha mais uso, ultrapassado. Hoje as inovações estão disponíveis, desde pesquisas

avancadas a bens de consumo. Esse é um momento decisivo no que diz respeito à inovação com novas culturas de consumo de tecnologia — afirmou.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, salientou a mobilização do Congresso por um novo marco legal.

— Precisamos de uma reforma para contemplar os produtores de ciência e tecnologia, uma nova legislação que possa estimular essa relação entre produtores e os agentes econômicos, consumidores do conhecimento — ressaltou.

Foi debatida a contribuição da ciência para o desenvolvimento social, como o uso da tecnologia nos esportes de alto rendimento. Desde equipamentos de última geração até novas técnicas de treinamento, todas as inovações que permitem melhores resultados nas diferentes modalidades esportivas dependem da pesquisa científica.

Luiz Henrique destaca benefícios da informática

Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou ontem que a instituição no país da Política Nacional de Informática (PNI) e o ato internacional que permitiu ao Brasil construir e colocar no espaço dois satélites de observação terrestre foram eventos fundamentais no sentido de oferecer ferramentas que melhoram a prestação de serviços de saúde.

— A informática permitiu a quase infalibilidade nos exames laboratoriais. A informática permitiu a microcirurgia e o sucesso das intervenções, no interior do corpo, através de imagens de computador — elogiou.



Luiz Henrique relata presença no seminário Caminhos para a Inovação

Armando diz que Brasil precisa avaliar políticas de incentivo à inovação

Armando Monteiro (PTB-PE) afirmou ontem que o Brasil só poderá ter futuro entre os países mais prósperos no terceiro milênio se tiver a coragem de avaliar os resultados das políticas públicas de incentivo à ciência, tecnologia e inovação.

O senador mostrou dados do escritório americano de patentes (USPTO, sigla em inglês) para ilustrar como o Brasil está bastante atrasado no setor.

— Na vida das pessoas, assim como na das sociedades, aquilo que somos hoje reflete as escolhas que fizemos e também as que não fizemos ontem — assinalou o parlamentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Rita quer desmilitarizar polícias para reduzir violência

Ana Rita (PT-ES) defendeu ontem a desmilitarização das polícias e o fim dos autos de resistência, usados para justificar mortes causadas por policiais. Para ela, as mudanças reduziram os índices de violência contra os jovens negros, tema de CPI que já tem suficiente para ser criada.

— Isso evitará que casos como o de Amarildo se tornem rotina — afirmou a senadora.

Para Ana Rita, o modelo atual é herança do regime militar e a discussão ganhou força após ações de repressão às manifestações deste ano.

— A PM é uma corporação com treinamento militar para tratar da segurança de civis.

Ela citou propostas de desmilitarização das polícias, como a PEC 51/2013, de Lindbergh Farias (PT-RJ).

Rollemberg lamenta más condições do metrô de Brasília

Preocupado com as condições precárias do metrô do DF, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lamentou ontem que, mesmo com o fim da greve dos metroviários, não houve avanços quanto à segurança de passageiros e funcionários.

Ele alertou para o pequeno número de guardas — 139 para todo o sistema — e o alto custo de manutenção, muito oneroso aos cofres públicos por ser terceirizado.

— Em 2011 foram gastos R\$ 111 milhões na manutenção dos 32 trens. No Rio de Janeiro, que tem mais de 100 trens, esses gastos representaram R\$ 31 milhões, ou seja, 250% mais baratos — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ricardo Ferraço homenageia arcebispo emérito de Vitória

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) homenageou ontem o arcebispo emérito de Vitória, dom Silvestre Scandian. O religioso tem vida e obra relatadas no livro *Serenidade em Meio a Altas Ondas*, que reúne textos e homilias do arcebispo, além de testemunhos sobre ele.

Para o senador, dom Silvestre é um dos mais importantes líderes do Estado, não apenas pelo papel evangelizador, mas pelo que é como cidadão.

— Sua persistência na luta por tempos mais justos foram inspiração para exortar os capixabas a livrar o Espírito Santo da corrupção e do crime organizado — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gim celebra anúncio de recursos do PAC 2 para o Distrito Federal

Gim (PTB-DF) agradeceu ontem à presidente Dilma Rousseff a previsão de recursos para pavimentação de vias urbanas do Distrito Federal. O anúncio dos recursos da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) foi feito pela manhã.

Cerca de 1.200 municípios do país receberão R\$ 13,5 bilhões para pavimentação e saneamento básico. No DF, serão atendidas as localidades de Arniqueira, Ponte de Terra e Pôr do Sol.

— É um governo que, efetivamente, está fazendo. Saíram várias obras para o Entorno do Distrito Federal — comemorou Gim.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Vale é acusada de espionar lideranças e jornalistas

Ex-funcionário apresentou aos senadores acusações que faz em representação no Ministério Público e diz que mineradora investe para ocultar violações aos direitos humanos cometidas em empreendimentos

ESPIONAGEM DE JORNALISTAS, funcionários e lideranças de organizações sociais; infiltração de pessoas em movimentos sociais e sindicais para obter informações privilegiadas e que contaram até mesmo com o auxílio de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para treinamento; e pagamento de propina a agentes públicos. Essas foram algumas das acusações feitas pelo ex-funcionário André Almeida à mineradora Vale, durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) promovida ontem.

Para Almeida, que afirma ter trabalhado na área de segurança da empresa e vivenciado as práticas citadas, mesmo antes de ser privatizada, a Vale já monitorava quem a interessasse, mas o método foi intensificado durante a gestão de Roger Agnelli, entre 2001 e 2011, e continua na atual administração.

Segundo o ex-funcionário, na busca por lucros e com o intuito de neutralizar quem pudesse expor as violações de direitos humanos cometidas para o enriquecimento — como os acidentes nos trilhos da Vale, sempre classificados como suicídios, isentando-a de pagar multas —, propinas eram pagas a funcionários de órgãos de segurança do governo, sigilos bancários eram quebrados, informações sigilosas do sistema Infoseg, do governo, eram acessadas e grampos telefônicos e dossiês contra políticos e representantes de movimentos sociais eram elaborados.

— O que a Vale gasta anualmente para monitorar seus empregados, os movimentos sociais diversos e políticos, poderia ser gasto com as comunidades se ela sáísse de seu pedestal e conversasse com os movimentos — declarou.

Para o advogado do ex-funcionário, Ricardo Ribeiro, as acusações podem ser provadas por fotografias, notas fiscais e planilhas apresentadas ao Ministério Público na representação que move contra a Vale desde março de 2013. Almeida foi demitido um ano antes.

Apesar de convidada, a Vale não enviou representante para apresentar a defesa da instituição durante a audiência. A presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES), afirmou que cobrará por escrito a manifestação da empresa e os resultados da investigação e de auditorias internas que, segundo André, foram realizadas.



Ana Rita (2ª à dir.), presidente da CDH, anuncia que vai pedir explicações à Vale

Código da Mineração não inclui impactos sociais, diz convidado

Dom Guilherme Werlang, da Pastoral para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz da CNBB, lamentou a falta de debate público sobre os impactos que a indústria da mineração causa às populações vizinhas às áreas de exploração. Segundo ele, o poder econômico jamais pode ser sobreposto ao valor da vida do planeta e das pessoas. Também repudiou o monitoramento ilegal denunciado, que comparou com práticas que remontam ao período da ditadura brasileira e afirmou ser o diálogo a única saída para evitar perdas de ambos os lados.

O clérigo disse que está preocupado com a discussão do Marco Regulatório da Mineração na Câmara, porque, em sua opinião, tem priorizado o aspecto econômico

da extração mineral, em detrimento dos aspectos sociais, ambientais, espirituais e culturais dos territórios e das populações.

Gabriel Strautman, da ONG Justiça Global, que monitora as violações de direitos humanos cometidas no âmbito de grandes empreendimentos e dá assistência jurídica aos atingidos, disse que a Vale é uma empresa arrogante, preconceituosa, pouco dada ao diálogo com as comunidades que estão no caminho de seu lucro e, principalmente, com os atingidos por ela. Para Gabriel, o Estado é ausente e até mesmo conivente, pois “financia as ações da mineradora por meio de financiamento público e permite a flexibilização de leis ambientais para legitimar a atuação considerada devastadora”.

Ministério Público no Pará conduzirá investigações

A representação ao Ministério Público, inicialmente feita via Rio de Janeiro, foi transferida para o Pará, onde está a cargo da procuradora da República no estado Nayana Fadul, que também participou da audiência pública ontem. A investigação ainda está no início, e os debates da audiência pública, além dos documentos encaminhados por André Almeida e Gabriel Strautman, serão analisados e considerados, informou a procuradora. Além disso, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério da Justiça, que enviaram representantes à audiência, acompanharão o caso.

Javier Mujica, delegado da Federação Internacional dos

Direitos Humanos (FIDH), lembrou que o Estado brasileiro, de acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores dos Direitos Humanos, tem a obrigação de proteger seus cidadãos contra as violações aos direitos humanos cometidas por terceiros, incluindo empresas, assim como o dever de adotar as medidas necessárias para prevenir, investigar, castigar e reparar os abusos.

Ele sugeriu que o Senado crie uma comissão de investigação sobre o tema e pediu que o Ministério Público, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal façam uma investigação séria, livre de pressões e com conclusão em um prazo razoável.

Inácio Arruda comemora leilão do Campo de Libra

Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou na quarta-feira que o leilão do Campo de Libra é um fato histórico para o país. Para ele, embora as críticas de opositoristas — especialmente de pré-candidatos à Presidência da República — sejam importantes, é preciso compreender o grande passo que dá o país porque o interesse não é de governo, mas do Brasil.

— Essas observações são mais do que justas, tendo em conta a posição oposicionista, mas é muito importante examinarmos o passo que o Brasil está dando, por meio do seu governo, e o que está oferecendo ao povo e ao mundo, porque não se trata de uma província petrolífera



Para Inácio, soberania e interesses nacionais estão garantidos

qualquer, é um campo gigantesco — afirmou.

Inácio contestou as críticas de possível risco à soberania nacional, já que a Petrobras precisa ter pelo menos 30% de participação nas concessões. Para o senador, a soberania, os interesses nacionais e o controle da riqueza estão garantidos.

Sérgio Souza elogia programa de logística do governo

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) elogiou, na quarta-feira, o Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado em 2012 pelo governo federal, e ressaltou que, com a implementação do programa, o Brasil experimentará um grande salto de qualidade e quantidade na oferta de infraestrutura logística.

O senador afirmou que a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, trouxe informações “alvissareiras” à audiência pública da qual participou na quarta, na Comissão de Infraestrutura (CI). A ministra disse que o PIL pretende atrair capital privado de R\$ 240 bilhões, que serão destinados à



Souza destaca informações trazidas pela ministra Gleisi ao Senado

construção de estradas (R\$ 52 bilhões), ferrovias (R\$ 99 bilhões), portos (R\$ 54 bilhões) e aeroportos (R\$ 8,7 bilhões).

— Temos que enaltecer programas como esse, que vai otimizar os modais de transporte, construído pela presidente Dilma Rousseff — ressaltou.

Pinheiro registra recuperação da economia da Bahia com crescimento acima da média

Em pronunciamento ontem, Walter Pinheiro (PT-BA) elogiou o governador da Bahia, Jaques Wagner, pela ousadia dos planos de diversificação econômica que levaram o estado a apresentar crescimento acima da média nacional. O senador atribuiu os números favoráveis às iniciativas que reforçaram a indústria de transformação e a desconcentração da atividade econômica.

— Louvo essa expansão e essa coragem do governador para desenvolver localmente, olhando o estado da Bahia como um todo, e não como só uma região — afirmou

Pinheiro salientou que o produto interno bruto (PIB) da Bahia cresceu 3,3% no primeiro semestre, contra

2,6% do crescimento do PIB do Brasil. Ele comemorou a ampliação dos investimentos internacionais na petroquímica da Bahia, mas sublinhou os resultados do planejamento para reduzir a preponderância do setor na indústria do estado.

O senador destacou a construção do maior parque de produção de energia eólica da América Latina, os recursos destinados ao Plano Garantia Safra, o setor mineral e os investimentos em logística que aumentam oportunidades de exportação de produtos com maior valor agregado.

— Não se chega a 3,3% de crescimento no PIB com geração espontânea. Tem que ter o esforço, tem que ter o incentivo — resumiu.



Texto altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos para disciplinar o descarte de remédios de uso humano ou veterinário

Aprovadas regras para descarte de medicamentos

Fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes poderão ser obrigados a oferecer mecanismos de coleta de medicamentos descartados. Proposta terá decisão final na Comissão de Meio Ambiente

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto para alterar a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) com objetivo de disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário. A proposta, que já foi analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), segue para votação final na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto aprovado obriga fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes desses medicamentos a assegurar sistema de logística

reversa para que os consumidores devolvam os produtos aos comerciantes ou distribuidores, após o uso.

De acordo com o autor do projeto (PLS 148/2011), Cyro Miranda (PSDB-GO), os medicamentos são a primeira causa de intoxicação das pessoas na maioria dos países desenvolvidos e no Brasil. As principais vítimas, observou, são crianças menores de 5 anos.

Ao ler o relatório elaborado por Casildo Maldaner (PMDB-SC), Sérgio Souza (PMDB-PR) ressaltou que, com a alteração proposta na lei, a logística reversa para medicamentos

contará com um marco regulatório próprio para abrir largas perspectivas ao surgimento de soluções criativas. Isso deverá envolver o surgimento de empresas especializadas em logística reversa de medicamentos, com impactos positivos sobre a geração de oportunidades de trabalho, como observou.

Por falta de quórum na sessão de ontem, foi adiada pela CRA a deliberação sobre o substitutivo ao projeto (PLS 679/2011) que cria a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade.

Ministro é convocado para falar sobre demarcação de terras

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimento de convocação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para participar de audiência no colegiado. Ele viria ao Senado hoje para avaliar os conflitos por terras entre índios e produtores rurais, mas adiou a presença pela terceira vez, atitude que foi motivo de queixas dos parlamentares.

Com a convocação, o ministro não poderá deixar de comparecer, conforme observou o presidente da comissão, Benedito de Lira (PP-AL). Cardozo tem 30 dias para vir à audiência.

— O ministro poderá explicar a demarcação de terras e o impacto disso na agricultura brasileira — acrescentou Ruben Figueiró (PSDB-MS), que apresentou requerimento nesse sentido.

A expectativa dos senadores é que Cardozo também possa explicar como o governo

procederá a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com relação à reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Na quarta-feira, a Corte decidiu, por maioria, que as regras utilizadas para criar a reserva não valem automaticamente para futuras demarcações.

A pedido de Ana Amélia (PP-RS), também foi convidado o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), deve valer para todo o país o argumento do STF para manter a reserva e determinar a saída de produtores de arroz da área, ou seja, de que em 1988, com a promulgação da Constituição, aquelas terras eram ocupadas por indígenas, sendo posterior a chegada dos arrozeiros.

— O inverso também é verdadeiro. Em 1988, onde não tinha índio, as terras são dos produtores que lá viviam — argumentou Moka.



Benedito de Lira (E) preside reunião da Comissão de Agricultura

Simon lamenta falta de ação contra leilões

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que, ainda que apareçam fortes evidências de desvio de conduta e de recursos no processo de venda de estatais brasileiras, o Congresso, além de não ter interesse de investigar o tema, dá inteiro aval aos leilões.

Ele afirmou que, enquanto o volume de recursos envolvido vem crescendo, as barreiras são cada vez maiores para que algo seja investigado.

— A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional foi um verdadeiro teatro do absurdo: pressões psicológicas sobre os funcionários, ameaças indiretas de demissões, atores nomeados diretores das empresas logo depois do leilão — lembrou.

Simon criticou a privatização “pelas bordas” da Petrobras pelo governo petista e lamentou o fato de que aqueles que lutam pela soberania nacional sejam considerados ultrapassados.

— Ultrapassados são todos aqueles que se preocupam com o patrimônio público, que defendem o coletivo, que são adeptos de uma política que não vai de encontro aos verdadeiros interesses da nação — disse.



Moreira Matiz/Agência Senado

Viana registra evento de meio ambiente

Jorge Viana (PT-AC) anunciou em Plenário a abertura ontem da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, evento que ocorrerá em Brasília até o próximo domingo. Segundo ele, deverão participar 1.352 representantes de todos os estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros.

Conforme relatou Jorge Viana, a expectativa da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que presidirá a conferência, é de que os assuntos debatidos extrapolem o tema condutor, que são os resíduos sólidos.

De acordo com o parlamentar, Izabella Teixeira espera que essa etapa nacional possa trazer propostas concretas para a coleta seletiva e também para o fim dos lixões, além de contribuir para o consumo consciente, a reciclagem e a implementação de um sistema de logística reversa.

No pronunciamento, Jorge Viana observou que foi somente a partir do governo Lula que a Conferência Nacional do Meio Ambiente ganhou uma nova dimensão no país, estimulando debates nas cidades e nos estados até chegarem a Brasília.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy pede ajuda a agricultores presos

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem em Plenário o apoio dos parlamentares para pequenos agricultores familiares do Paraná. A Polícia Federal prendeu 11 associados da cooperativa da cidade de Querência do Norte, em operação que investiga as relações de compras entre a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e as cooperativas de pequenos agricultores do estado.

A questão envolve discrepâncias entre produtos efetivamente entregues pelos agricultores e as notas de recebimento assinadas por diretores de creches e escolas.

— Como são pessoas humildes, que labutam, de sol a sol, para a obtenção do seu sustento e das suas famílias, que não possuem a verve das grandes bancas de advogados para a sua defesa, precisamos, nós, dar atenção especial — disse o senador.

Suplicy frisou que é a favor do combate à malversação do dinheiro público, com apuração e punição dos responsáveis. Ele observou, no entanto, que é preciso analisar cada caso para que não sejam cometidas arbitrariedades.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sobrinho defende integração regional

O s v a l d o Sobrinho (PTB-MT) chamou a atenção ontem para a necessidade de integração entre os países sul-americanos, afirmando que a associação de interesses comuns é essencial para a inserção da região no cenário internacional. Para o senador, a União das Nações da América do Sul (Unasul) pode ser um instrumento eficaz para que o Brasil ocupe posição de liderança no continente.

— Só por meio de múltiplas e consistentes alianças, embasadas no fortalecimento de blocos de nações bem consolidados, seremos capazes de uma interlocução comercial e política que, de fato, represente o peso real de nossa vontade e soberania — opinou.

O parlamentar manifestou apoio à criação de um tribunal de Justiça comum para a Unasul. Ele lembrou que muitos crimes que ocorrem no Brasil são cometidos por cidadãos de países fronteiriços e que grande parte das drogas produzidas no Peru e na Bolívia é consumida no Brasil. O senador ainda criticou a burocracia que dificulta a validação dos diplomas de universidades estrangeiras.



Waldemir Barreto/Agência Senado